



## **ESPAÇO URBANO E HOMOAFETIVIDADE: IDENTIFICANDO ESPAÇOS INTERDITOS NA CIDADE DE MARINGÁ, PARANÁ, BRASIL.**

Tânia Peres de Oliveira<sup>1</sup>  
Patrícia Lessa<sup>2</sup>

**Resumo:** A família homoafetiva é a mais polêmica dentre as novas composições familiares. No entanto, a vivência dessas famílias sob as regras estabelecidas por uma sociedade heteronormativa torna o cotidiano muito difícil. No âmbito acadêmico, a geografia contribui de forma significativa para as discussões sobre esse tema, relacionando a espacialização e a territorialização da sexualidade humana. Assim, ao relacionar a homossexualidade a espaços destinados a esse público, percebe-se que, tais espaços, são fundamentais para o exercício da homossexualidade, tornando-se uma forma de refúgio. Ao assumirem a afetividade, principalmente com o intuito de formar uma família, esses indivíduos passam a experimentar novas experiências fora da zona de conforto, principalmente no espaço urbano, onde lugares como igrejas, escolas e bares frequentados por heterossexuais, se tornam espaços de conflito, receio e medo. Assim, o objetivo da pesquisa foi identificar os espaços de maior conflito para as famílias homoafetivas na cidade de Maringá, Paraná, Brasil. Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas com três casais homoafetivos.

**Palavras-chave:** espaço urbano; família homoafetiva; interdições.

Ao longo do tempo, a idéia que se tem de família vem passando por significativas transformações. A família patriarcal, que tinha como privilégio inerente a matrimonização, sedeu lugar à família nuclear, direcionada a relações afetivas menos matrimoniais (ARANTES & JUNIOR, 2010). Roudisnesco (2003) relata que, até chegar o modelo nuclear, a concepção de família passou por longa evolução (séc. XVI ao XVIII). Para a autora, três grandes períodos podem ser considerados nessa evolução: o primeiro é o da família tradicional ou sacramentada; o segundo período, família tida como “moderna”; e o terceiro período, o da família “pós-moderna”, onde se iniciam as rupturas e as novas composições.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Geografia, Departamento de Geografia (DGE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), CEP 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. Email: tani.peres@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Fundamentos da Educação. Email: mafalda\_cat@yahoo.com.br

Acredita-se que essas mudanças nas configurações familiares podem estar diretamente ligadas às transformações sociais, dando origem às novas estruturas familiares, tais como: famílias matrimoniais, concubinato, união estável, família monoparental, família aparental, família pluriparental, eudemonista, família paralela e unipessoal (ARANTES & JUNIOR, 2010). Entretanto, nenhuma formação familiar foi tão revolucionária quanto a família homoparental/homoafetiva, já que esta nomenclatura coloca o acento na “orientação sexual” (ZAMBRANO, 2006). A família homoafetiva decorre da união de pessoas do mesmo sexo que têm como objetivo a formação de família, não tendo como propósito particular gerarem filhos, mas sim, uma união com base no afeto (DROPA, 2002).

Para Gardin (2008) a homossexualidade é tão antiga quanto a heterossexualidade e sempre esteve presente, desde as civilizações mais antigas. Todavia, para Michel Foucault (1993) a homossexualidade pode ser considerada um fato recente, pois, o que ocorria antes do século XIX, afirma o autor, eram as práticas homoeróticas e não pessoas homossexuais. Naquele período, as pessoas não eram discriminadas por suas práticas homoeróticas. Segundo Castañeda (2007), as mudanças começaram a surgir na era moderna, com a homossexualidade sendo caracterizada como patologia pelos médicos e penalizada pelo Estado. Essa nova visão deu origem a uma nova comunidade e consequentemente a uma nova cultura, especificamente a homossexual nas grandes cidades.

Na década de 80, as efervescências dos movimentos homossexuais começaram a ser visíveis no Estado e ganhar repercussão política (MUSIAL 2011). Contudo, até meados dos anos 80, as principais reivindicações dos grupos gays não diziam respeito à conquista de direitos civis, mas sim, à proibição de discriminação por orientação sexual (MELLO, 2005). Entretanto, as conjugalidades continuaram acontecendo e foi então que, na última década do século, as lutas pelos direitos às conjugalidades gays, lésbicas e travestis tornaram-se foco das reivindicações. Um dos motivos envolvidos nessa questão era a destinação dos bens decorrentes de uma união sem amparo legal, onde era comum, a família de quem havia falecido reivindicar seus direitos. Assim, percebeu-se a necessidade da criação de instrumentos legais que garantissem ao parceiro vivo os direitos a esses bens (UZIEL, 2008). A partir daí, inicia-se uma luta constante por direitos.

Para Dias (2011), o ano de 2011 pode ser considerado um marco para a população GLBT, pois, foi o ano em que um julgamento com resultado unânime o Supremo Tribunal Federal reconheceu as uniões homoafetivas como entidade familiar, impedindo qualquer distinção entre as uniões heterossexuais e homossexuais, determinando ainda

que seja facilitada a conversão da união estável em casamento. Todavia, se por um lado os homossexuais conquistaram o direito à união estável, por outro lado, ainda persiste a luta pela criminalização das práticas homofóbicas.

Com isso, percebe-se que o país passa por um momento social, histórico e político de contradições, pois, ao mesmo tempo em que a legislação busca a visibilidade destas famílias, algumas situações ainda lhes são abertamente desfavoráveis (TOLEDO, 2008).

Angustias e temores ficaram evidenciados nas entrevistas realizadas com casais homoafetivos residentes na cidade de Maringá, Paraná. Nessas entrevistas, foram exploradas questões relacionadas à maternidade/paternidade, convívio social e, principalmente, os locais do espaço urbano interditos à vivência dessas famílias. Para a realização da pesquisa foram entrevistados três casais que se auto identificam como família homoafetiva, sendo, um casal do sexo biológico feminino e outro do sexo biológico masculino, ambos sem filhos. A terceira família é composta por duas pessoas do sexo biológico feminino e uma criança de dois anos.

A percepção é a de que o medo e o receio se fazem presentes na vida de todos os casais, todavia, estes são vivenciados de maneiras diferenciadas. Quando questionados sobre o fato de assumirem o relacionamento e a troca de carícias perante a sociedade, a reação dos casais que ainda não têm filhos foi bastante parecida, esses omitem de alguma forma o relacionamento.

Luciana: Alguns amigos sabem, agora, minha família não pode imaginar, a família da minha mãe sabe, só que é aquele negócio, não aceita e não quer mais saber disso, já a do meu pai não pode nem citar, nem sonhar [...]

Aline: [...] os amigos da faculdade acho que todos sabem, tanto os meus quanto os dela, da minha família quem sabe, pra quem eu sou assumida é pra minha irmã, meu irmão, minha mãe e um tio, que é irmão do meu pai, e é tranqüilo, mas meu pai, por exemplo, não sabe.

Luiz: Depende do ponto de vista, a gente não sai por aí de mãos dadas por exemplo.

Allan: A minha família sabe, o pessoal do trabalho, chefe, só que tem gente que às vezes é melhor não falar.

Quanto a troca carícias:

Aline: Muito de leve

Luciana: Nada de sair de mão dada beijando no meio da rua

Aline: Nem celinho, nada

Allan: Ah, depende do lugar...

Luiz: [...] essa questão de carícia é muito íntima, não é um negócio que a gente fique fazendo assim constantemente, nosso tipo de carícia é um olhar e um “e aí véi”. Acho que pode ser por questões sociais, também o jeito que a gente tinha tido e tal mas, a gente evita fazer assim, com certeza deve ser pelo constrangimento dos olhares e tal.

Para Mott (2011), geralmente o preconceito surge dentro de casa, vindo que tem menos se espera, dos parentes mais próximos. Os jovens homossexuais que têm a felicidade de não serem insultados, agredidos, apartados e expulsos de casa, se vêem na situação de clandestinidade, escondendo sua verdadeira essência. Permanece na sociedade o que o autor chama de “o amor que ainda não ousa dizer o nome”, perpetuando a intolerância heterossexista, que rotula e aparta os homossexuais como seres anormais, doentes e marginais.

A situação de preconceito vivida pelos homossexuais acaba dificultando o campo da pesquisa, principalmente quando se tem filhos, o medo de expor parte de sua vida faz que com que essas famílias se neguem a participar do trabalho, mesmo apresentando o termo de compromisso onde lhes garante o anonimato.

Através da Ong AMGLBT, da cidade Maringá, foram encontradas três famílias homoafetivas com filhos, todavia, apenas uma aceitou participar da pesquisa. Luisa e Carla estão juntas há oito anos e tem uma filha de três anos e, segundo elas, o relacionamento é totalmente assumido.

Luisa: Sim, o mundo inteiro sabe da gente, a família, os amigos, todo mundo.

Carla: No trabalho também. Mas no início não era assim [...]. No começo só nossa família sabia, eu sempre pareci homem, sempre fui tipo, bem masculina mesmo, então é lógico que as pessoas desconfiavam, e depois passaram a desconfiar mais ainda porque a Luisa tava sempre comigo. g

Carla: [...] a gente não fica igual umas loucas dando altos beijos porque, a gente acha feio, indiferente se for hetero ou não, mas a gente sai de mãos dadas sim, pra qualquer lugar, como um casal normal. Até porque a gente é normal, né? (risos).

Luisa: Lógico que as pessoas olham entende, no começo isso me incomodava muito, demorei pra acostumar, mas tem que ter coragem mesmo. Agora sei lá tipo... me sinto mais completa depois de ter me assumido.

Luisa: Só que a gente só “abriu o jogo” mesmo quando a gente decidiu ter um filho, porque pra gente não é legal ter filho e continuar “na moita”, qualquer hora todo mundo ia perceber. Mas foi legal pra gente se assumir, mas nem todo mundo consegue.

Junto com a decisão de ter filhos, veio o desejo de tornar o relacionamento mais visível. O contrario disso seria bastante preocupante, pois, segundo Passos (2005), para

formar uma família e principalmente ter filhos, os casais homossexuais muitas vezes omitem a existência de um (a) parceiro (a), o que faz com que essas famílias se tornem clandestinas, causando desconfortos e prejudicando de forma direta a criança que necessita se auto-conhecer e, sobretudo, conhecer a verdadeira história de sua família, sem que haja a interferência das faltas e frustrações dos pais.

Quanto a questão da maternidade/maternidade, os casais que ainda não tem filhos demonstraram esse desejo e com ele, muitos medos.

Aline: “Meu medo vai desde gerar a criança até a criação inteira, desde a questão da burocracia, adoção. Um casal gay é muito mais difícil, e se consegue um filho, pra outra adotar é muito difícil, já vi casos assim... eu tenho medo disso”.

Luciana: “Questão de sofrer preconceito”.

Aline: “Preconceito depois de “mais grandinho” em escola, essas coisas assim... sempre vai ter o preconceito, o medo é esse, medo também da visão do filho sobre a gente”.

A preocupação da entrevistada não é em vão, no tocante à adoção de crianças por casais homoafetivos, a evolução é ainda muito lenta. Vários questionamentos, preocupações e preconceitos se fazem presentes na sociedade contemporânea dificultando a realização dessas adoções.

Um desses questionamentos é a crença de que essa formação familiar pode ser prejudicial ao desenvolvimento psicossociológico da criança, o outro diz respeito a ausência do gênero feminino e masculino que pode tornar confusa a identidade sexual da criança. Existe também, a preocupação quanto à probabilidade da criança ser vítima de preconceito por parte de colegas e vizinhos, ou de repúdio nos locais que frequenta, o que poderia lhe causar problemas de convívio social (CASTRO 2008).

Para Roudinesco (2003), algumas preocupações não são fundamentadas. A autora ressalta pesquisas realizadas entre 1937 e 1995 que tranquilizam os homossexuais, mostrando que eles são pais tão comuns quanto qualquer outro e nada permite dizer que os filhos de homossexuais sejam ou venham a ter algum problema. Entretanto existe uma diferença de pais homossexuais e heterossexuais, diferença essa, acentuada pela própria sociedade, que julga como positivo e normal o pai heterossexual e considera negativo e anormal pais homossexuais. Tal posicionamento faz com que crianças de casais homossexuais sejam consideradas diferentes em locais de seu convívio, como a escola, o condomínio, a comunidade.

Luiz: “As crianças são muito malvadas com elas mesmas. Frases do tipo “Ah! Cala a boca, seus pais são viados”, coisas assim, acho que é esse tipo de coisa que pode incomodar bastante, pode fazer muito mal pra criança.”

Luiz: “eu tô pensando mais na criança, eu acho que eu conseguiria suportar, temeria mais pela criança de ter que tá lidando com uma situação que ela não escolheu”.

Allan: “Eu acho que eu sou mais positivista, pra mim até lá, vai ser bem tranquilo, vai ter vários casais, vários filhos, não vai ter mais esse problema.”

Luisa: “Se prá casais heteros já é difícil criar um filho hoje, imagina um casal homossexual, a gente vive preocupada com o que ela anda ouvindo, tipo, as amiguinhas dela, quem é a professora, é alerta geral entende?”.

Carla: A gente leva nossa filha na psicóloga, ensina que somos uma família formada de mãe e mãe [...]. Diz a psicóloga que ela tá entendendo bem direitinho e que até agora não teve problema, mas a gente vive preocupada.

Luisa: Eu sei que vai ter momentos que precisará de ajuda especializada sabe, e ela vai ter tudo que precisar, família que ama ela, isso já tem.

Quando a criança carrega um estigma, pais, mães, irmãos e avós, procuram de certa forma protegê-lo em uma cúpula onde ela é cercada de amor e aceitação, porém, chegará o momento em que esse indivíduo terá que “sair” dessa cúpula e se expor em um convívio com pessoas que não mantêm com ele nenhum tipo de vínculo afetivo (FACCO, 2011. p.22). Partindo desse pressuposto, entende-se que esse indivíduo passará, então, a experimentar sensações e percepções diferenciadas, pois, deixará devido às necessidades de se socializar apenas com familiares passando a frequentar outros espaços da cidade.

Essas cidades podem ser caracterizadas pelo seu alto grau de complexidade, onde se fazem presentes as alterações demográficas, sociais e culturais que tendem a provocar mudanças e tipos de segregação sócio-espacial em centros urbanos (VIEIRA, 2010).

O principal fator de segregação entre os indivíduos é a condição econômica, porém, os sujeitos também se diferenciam por questões referentes a estilo de vida, questões estéticas, concepções, diferentes formas de relações afetivas, expressões de sexualidade entre outros (COSTA, 2010). Barata Salgueiro (2006), ao falar em sexualidade em espaços urbanos, refere-se a estilos de vida vividos por minoritários que se caracterizam por sua orientação sexual como gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT), cuja visibilidade tem ocorrido de maneira crescente nas cidades. Porém, essa visibilidade ocorre na maioria das vezes de maneira constrangedora e perigosa.

Este fato é vivenciado de forma ainda mais dolorosa e intensa quando os homossexuais resolvem constituir uma família, pois, assumir o relacionamento, mesmo que

somente para o casal, é “sair” da zona de conforto, ou seja, dos espaços e territórios específicos criados ou habitados por GLBTs para “encarar” a sociedade frequentando lugares, muitas vezes tidos como intertidos.

Aline: No meu caso, eu não me sinto bem em bar hetero, por que lá já vai ter os casais heteros [...] então eu prefiro um bar gay. Por exemplo, no shopping eu não me sinto mal, só que a gente não anda de mão dada, eu tenho medo, por exemplo, de tá andando no shopping de mãos dadas e alguém faz uma piadinha...

Luciana: Minha questão é mais o medo do povo da minha cidade, então assim... é um lugar que eu não imagino assim tipo... no bar não tem ninguém que esteja lá, então lá vai ser o lugar assim, que a gente se sente mais à vontade.

Aline: O problema dela é que muita gente da cidade dela mora aqui

Luciana: então pra mim, não tá num lugar onde eu vejo assim... que não vai ter gente perto, eu fico mais a vontade, agora... tipo shopping sempre tem, na UEM sempre tem.

Basta um breve olhar pela cidade durante a noite que facilmente pode ser encontrado uma concentração maior da população GLBT em locais específicos. Estes lugares são pontos de encontro onde seus freqüentadores não precisam esconder sua identidade e desejo. Acredita-se que a busca por locais onde pudessem se reunir sempre foi uma característica da comunidade gay e lésbica que ainda busca refúgio em determinados pontos da cidade dos quais se apropriam (VIEIRA, 2005; 2010 *apud* VIEIRA 2011).

Luciana enfatiza o medo de ser vista como homossexual perante os membros de sua cidade natal, assim, pode-se perceber que, para ela, frequentar locais GLBT é uma forma de assumir sua verdadeira identidade de forma tranquila, sem os olhares que a causam temor. É notório nas falas da entrevistada que o fato de “sentir-se bem” nesses locais vai além da segurança. Inês Menezes é antropóloga, trabalha com as sociabilidades gays em Lisboa e faz a seguinte ressalva:

Os bares não são simplesmente espaços físicos para uma experimentação (sexual e social) mais segura; nem é apenas fisicamente que poderemos ler a sua delimitação dentro da cidade. Neles se procede também à elaboração de um discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade. Num certo sentido, estes são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação (MENESES, 2000 p. 937).

Além de bares, outros locais da cidade aparecem como espaços que de alguma forma interferem na vivência destas famílias.

Luisa: Assim... eu tenho trauma de igreja, chega a dar arrepio de pensar (risos).

Carla: Nossa! Já fui muito sacaneada na escola sabe, porque sou um moleque desde que eu me conheço por gente, se agora é problemático imagina há 30 anos atrás, por aí... o povo nem sabia o que eu era, se eu ia para o banheiro das meninas elas não gostavam, se ia no dos meninos, eles me expulsavam, sem contar que, assim, nunca tive amigos mesmo sabe, por que ninguém queria ser amigo da “coisa” (gargalhadas).

Transmitida hoje de forma bem humorada, os momentos de angústia vividos por Eloisa na escola escondem nas “entrelinhas” de seu relato momentos de extremo desrespeito.

Apesar da solidariedade, igualdade e respeito às diferenças fazerem parte do discurso da escola, na prática, o discurso que predomina é outro. O que pode ser observado nesse espaço são os sinais de discriminação e preconceito (FACCO, 2011). A discriminação no espaço escolar pode não ser apenas referidas a orientação sexual, todavia, a discriminação devido à orientação sexual é tida como a mais perturbadora das interações no espaço escolar e do bem estar físico e emocional dos jovens (FERREIRA 2011).

Para Louro (1997), as questões ligadas à sexualidade estão presentes a todo o momento nas escolas, fazendo parte dos diálogos de estudantes, desenhos e frases em banheiros, nas brincadeiras, namoros e nas atitudes e falas de professores.

Carla: Agora que to parando pra pensar, a escola é sempre problema, porque, eu tava lendo esses dias coisas de filhos de homossexuais nas escolas né, por causa da minha filha, pra saber em que “pé” ta a situação, e não tem diferença né, se tem “bicha” ou “sapatão” no meio, o “barraco ta armado”, por isso eu tenho medo pela minha filha.

Luisa: Na escolinha que minha filha está, até agora a gente não teve problema... logo de cara a gente avisou pra diretora que qualquer probleminha a gente entraria na justiça. A escola tem que tá preparada pra receber todo tipo de aluno.

Carla: A Luisa tinha falado da igreja né, é “foda” mesmo, eles dizem que homossexualidade é do capeta, agora, imagina a cena: eu, Luisa e nossa filha entrando de mãos dadas na igreja, não “rola” né. Essas coisas de Deus eu ensino em casa, uso livros infantis que escolho “a dedo”, não gosto de nada assim... tendencioso [...].

Spencer (1999) *apud* Carneiro (2009) relata que nos estudos da sexualidade pode ser evidenciado o preconceito contra homossexuais, como sendo uma construção sócio histórica. A Igreja Católica contribuiu para essa construção e ainda influencia, de alguma forma, a visão que a sociedade tem sobre esses indivíduos. Desta forma, existe ainda muito preconceito de fiéis Cristãos contra pessoas orientadas para o mesmo sexo, porém, o grupo GLBT vem ganhando visibilidade e, com essa visibilidade, cresce também, a tolerância por parte destes fiéis (JURKEWICZ 1999).



A presente pesquisa evidenciou a dificuldade de encontrar casais homoafetivos que se consideram família e casais que têm filhos, mas não aceitam participar de pesquisas acadêmicas. Esse medo pode ser justificado por estarem vivendo em uma sociedade heteronormativa, que passa a forte idéia de inferioridade aos homossexuais e, principalmente, para as famílias homoafetivas, já que a entidade familiar ainda tem fortemente presente na sua configuração a idéia da presença feminina e masculina, que ainda é influenciada pelo cristianismo. Assim, a família homoafetiva acaba muitas vezes omitindo a existência do parceiro (a) como forma de mecanismo de defesa.

Embora no Brasil tenha sido aprovada a união estável para os homossexuais e sua conversão em casamento, esses casais sentem-se incomodados em exercer sua afetividade em determinados espaços da cidade. A igreja, os bares e escolas podem ser considerados como os principais espaços interditos na cidade de Maringá, pois, apresentaram de maneira significativa a heteronormatividade, onde as famílias homoafetivas vivenciaram situações de exclusão, desconforto e preconceito.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Pollyanna. Rodrigues.; JÚNIOR, Lúcio. Cândido. Oliveira. Conceito contemporâneo de família. 2010. Disponível em: <[http://www.fesurv.br/down/direito/20101\\_revest\\_dir\\_n1ano1fev2010.pdf#page=14](http://www.fesurv.br/down/direito/20101_revest_dir_n1ano1fev2010.pdf#page=14)>. Acesso em 20 jun. 2010.

CARNEIRO, Lucas. Os estereótipos e a psicologia social. **Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais**, 2009.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CASTRO, Maria Cristina d'Avila. A adoção em famílias homoafetivas . In: Adoção: um direito de todos e todas. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008.

COSTA. Benhur. Pinós. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v.1, n.2, 208-224, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1716>>. Acesso em 14 jan. 2011.

DIAS, Maria. Berenice....**falando em homoafetividade**. 2011. Disponível em: <<http://www.mariaberenicedias.com.br/pt/vocabaria--falando-em-homoafetividade.cont>>. Acesso em 19 fev. 2012.

DROPA, Romualdo Flávio. F. **Direitos fundamentais, homossexualidade e uniões homoafetivas.** 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5229>>. Acesso em 15 dez. 2011.

FACCO, Lucia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da Silva. (Orgs). **Espaço, gênero poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. 265p.

FERREIRA, Eduarda. Questões de gênero e orientação sexual em espaço escolar. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da Silva. (Orgs). **Espaço, gênero poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. 265p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARDIN, Valéria Silva Galdino; CAMILO, Andryelle Vanessa; MARCELINO, André de Alcantara. União homoafetiva: novo paradigma de entidade familiar. **Revista Jurídica Cesumar.** Maringá, v.8, n.2, 569-580. 2008. Disponível em:

JURKEWICZ, Regina Soares. **Cristianismo e homossexualidade.** 1999. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/regina.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENESES, Inês. **Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa.** In *Análise Social*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, v. 34, n 153, p. 933-955, 2000.

MOTT Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Causa Mortis: homofobia,** 2000.

MUSIAL, Denis Cezar. **Políticas Públicas LGBT: Cidadania e democracia participativa,** 2011.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica.** Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.31-40, 2005.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199p.

TOLEDO, Luiz Celso Castro. **A família no discurso dos membros de famílias homoparentais.** São Paulo, 2008. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

UZIEL, Anna. Paula. Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: rimas possíveis. In: **Adoção: um direito de todos e todas.** Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008.

VIEIRA, Paulo Jorge. Cidades torcidas: uma abordagem conceptual sobre (homo)sexualidades e espaço urbano. **Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**

na. 2011. Disponível em: <  
<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/909a3e14b6ee98426c5123d5dbde2d89.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

ZAMBRANO, Elizabeth.; LOREA, Roberta.; MYLIUS, Leandra.; MEINERZ, Nadia. & BORGES, Pricila. **O Direito à Homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006.